



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181368 - RS (2021/0232706-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
SUSCITANTE : PAQUETA CALÇADOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : JOÃO CARLOS LOPES SCALZILLI E OUTRO(S) - RS016581
MARCELO BAGGIO - RS056541
JOAO PEDRO DE SOUZA SCALZILLI - RS061716
AQUILES E SILVA MACIEL - RS109422
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE SAPIRANGA - RS
SUSCITADO : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
INTERES. : JOALISON MATOS DOS REIS SILVA

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência com pedido de liminar instaurado por PAQUETÁ CALÇADOS LTDA., em recuperação judicial, em que aponta como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE SAPIRANGA (RS) e o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO.

Em 27/6/2019, foi deferido o processamento da recuperação judicial da suscitante pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Sapiranga. Foram suspensas as ações ou execuções contra a recuperanda.

A suscitante alega que, diante da decisão proferida pelo Juízo Trabalhista, considerando que o Juízo Recuperacional é o competente para decidir sobre atos expropriatórios sobre patrimônio da recuperanda, sobre créditos sujeitos à recuperação judicial, sobre destino dos depósitos recursais e, mais ainda, pelo fato de o Juízo Trabalhista ter afrontado a competência do Juízo Recuperacional, deixando de cumprir determinação deste de remessa do depósito recursal para conta vinculada à recuperação judicial e estar prestes a liberar os valores para a satisfação da dívida com o reclamante, está instaurado conflito positivo de competência (fl. 5).

Requer, liminarmente, a suspensão de "qualquer liberação de valores para a credor trabalhista no âmbito da reclamatória n. 0002395-71.2013.5.05.0251, em atenção ao art. 6º, da Lei 11.101/2005 e à competência do Juízo Recuperacional, a fim de que seja dado cumprimento ao ofício do Juízo Recuperacional" (fl. 13).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Compete ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 21, XIII, c, do RISTJ, decidir, "durante o recesso do Tribunal ou nas férias coletivas dos seus membros, os pedidos de liminar em mandado de segurança, podendo, ainda, determinar liberdade provisória ou sustação de ordem de prisão, e demais medidas que reclamem urgência".

Ou seja, a urgência que autoriza a atuação em plantão judicial no período de férias forenses decorre de situações excepcionais de grave ameaça de lesão a direito.

Na espécie, verifica-se que a suscitante juntou acórdão do Juízo trabalhista proferido no dia 17 de dezembro de 2020 (fls. 73-75), o que afasta a urgência do pedido liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do feito.

Comunique-se aos Juízos suscitados para que prestem as devidas

informações no prazo de 10 dias.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.
Em seguida, encaminhem-se os autos ao relator
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência